

UMA PERSPETIVA FAMILIAR SOBRE A PERSONALIDADE E A ATIVIDADE POLÍTICA DE FRANCISCO SALGADO ZENHA¹

José Henrique Salgado Zenha

Não se propõe aqui uma contribuição isenta e distante, do modo que um biógrafo o faria. Antes, procura-se assumir uma vivência pessoal, de sobrinho próximo, retirando daí uma perspetiva impressiva e empírica, embora temperada por um esforço de racionalização, sobre a personalidade e a atividade de Francisco Salgado Zenha.

Formação da personalidade e traços essenciais

Francisco de Almeida Salgado Zenha é uma consequência do choque de duas formas de ver o Mundo: a do seu pai e a da sua mãe.

O seu pai, Henrique de Araújo Salgado Zenha, carioca de nascimento, licenciado em Medicina em Coimbra, mas bracarense de sempre, era um

¹ O presente texto corresponde à fusão e à revisão de duas distintas comunicações efetuadas em 2 de maio de 2023 em sessões comemorativas do centenário do nascimento de Francisco Salgado Zenha, realizadas na Escola de Direito de Braga e na Assembleia Municipal de Braga, com que o autor se congratula e que agradece vivamente.

homem moderno e interessado pelo Mundo. A ligação de Francisco ao pai era muito forte e a morte dele, aos 70 anos (por coincidência morreriam os dois com a mesma idade), em 1957, quando Francisco tinha 34 anos, foi um golpe profundo. José Cardoso Pires, grande amigo de Francisco Zenha, trouxe-o a Braga logo que foi recebida a notícia do falecimento do pai, porque Francisco, na sequência da sua então mais recente prisão, tinha sido condenado a uma pena acessória de perda dos direitos civis, que implicava impossibilidade de tirar a carta de condução. Cardoso Pires contou-me mais tarde que, nessa viagem de Lisboa para Braga, Francisco Zenha não conseguia conter um enorme sofrimento.

Sendo um extrovertido, o pai de Francisco era um liberal bem-disposto, com uma boa relação com a vida, mas exigente. Por isso, foi sempre afável e envolvente na sua relação com os filhos que cumpriam as suas expectativas, recebendo deles uma enorme retribuição afetiva.

Um preceito do seu pai foi sempre recordado aos filhos e pelos filhos: *Máxima liberdade, máxima responsabilidade!*

A sua mãe provinha de uma família de origem portuense, também emigrada durante duas gerações no Brasil, mas neste caso não no Rio de Janeiro, mas em Belém do Pará, e era católica. Ernestina Mesquita de Almeida e Silva tinha um catolicismo puritano, que sempre desconfiou das liberdades, considerando-as, em geral, anticristãs. O catolicismo da mãe de Francisco era dos mais conservadores, porque tinha sido gerado numa reação da sua mãe (e avó de Francisco) ao seu marido Maçon e bem mais velho do que ela.

Francisco Salgado Zenha, apesar de a sua mãe ser muito afetuosa e protetora, teve a maior dificuldade em aceitar o seu lado censório, mas sempre a protegeu, sobretudo depois da morte do pai, fazendo parte de um triângulo de suporte, integrado pelo irmão mais velho, Henrique e médico como o pai, e a irmã mais velha, Maria Cecília, também ela jurista.

No entanto, ao lado da alegria de viver do pai e do seu incentivo à liberdade e responsabilidade, do lado materno de Francisco Zenha houve um duplo contributo para o seu gosto pela liberdade. Uma das componentes era a de ela favorecer a sua afirmação, por entender que os seus filhos tinham direito a tudo – sempre os protegeu ansiosamente - e podiam fazer o que lhes apetecesse, desde que não fosse proibido pelo pensamento.

Mas, como vetor oposto, o proibicionismo religioso e, portanto, ideológico. A dificuldade de Francisco em entrar em colisão com a protetora ternura materna ia cozinando em lume brando uma rebeldia crescente.

Dessas duas formas de ver o Mundo resultaram o gosto pela liberdade responsável e a correspondente rebeldia contra o proibicionismo. Francisco Salgado Zenha sempre privilegiou a liberdade e o gosto de saber; a liberdade de ser; as liberdades públicas como valor supremo da organização social.

Liberdade e gosto de saber como caminho para a superação das limitações ideológicas, viessem de onde viessem. Por isso, foi sempre um devorador de livros e um crítico agudo de saberes ou ditames estabelecidos, assumindo vivas discordâncias com os seus mestres e, tantas vezes, com as ideias ou as organizações prevalentes.

Liberdade de ser como exigência profunda. *Só é vencido quem desiste de lutar*, preceito muito seu, que tantas vezes lhe ouvi e bem se lembra no *Silo da Memória*, em Braga, por oportuna iniciativa da Câmara Municipal, não era uma frase, mas um princípio a que se manteve fiel toda sua vida adulta, onde e quando fosse preciso: na vida académica, como advogado em causas políticas, civis ou criminais e na atividade política, antes ou depois do 25 de abril.

Liberdades públicas: toda a sua atividade de oposição à ditadura e aos abusos das autoridades e um conjunto de textos revelador, sobre as várias dimensões em que a liberdade estava cerceada.

Mas o seu carácter tinha outras componentes essenciais.

Da máxima responsabilidade do preceito familiar veio uma enorme exigência consigo próprio, que lhe impunha perante qualquer desígnio ou qualquer tarefa uma obrigação de rigor e de exatidão: não era um perfeccionista, porque os perfeccionistas veem muitas vezes a sua atividade prejudicada, mas aproximava-se.

A exigência consigo próprio ia, porém, para além do seu trabalho. Foi um dos traços marcantes da sua vida, que sustentou toda a sua atividade cívica e política. E está na base da sua frontalidade perante os desafios que entendia dever enfrentar.

De facto, Francisco Salgado Zenha não era uma destas personalidades naturalmente audazes, extrovertidas e voluntariosas em quem a coragem, apesar de todas as suas dificuldades, é uma decorrência mais natural: pelo

contrário, tinha uma base tímida e as suas obrigações cívicas nasciam de um desafio a si próprio, antes de mais intelectual, depois ético. Numa das intervenções mais marcantes em Coimbra, quando propôs aos estudantes reunidos em assembleia magna que não aceitassem a imposição da sua própria deslocação a Lisboa como presidente da Associação Académica, para uma manifestação de apoio ao regime, começou com as palavras «*Não temos medo, nem há que ter medo!*». A mesma frase foi repetida depois no célebre comício da Fonte Luminosa, em Lisboa, que marcou a oposição ao Gonçalvismo, como o lembrou Miguel Galvão Teles há 25 anos na Escola de Direito de Braga. Esse introito era uma declaração, uma motivação, mas, nele, era antes de tudo uma exigência a si próprio.

Em julgamentos ou até em debates, perpassavam muitas vezes impressões contraditórias para os presentes ou ouvintes: o rigor do raciocínio, a justeza dos argumentos e a precisão da exposição levavam muitos a uma adesão intelectual às suas posições e até uma admiração pela sua capacidade de as sustentar. Por outro lado, sobretudo em televisão, território de emoções, a sua ironia e a sua intensidade crítica podiam gerar em quem o ouvia um sentimento de proteção do seu oponente e de afastamento emocional de Francisco Salgado Zenha: é essa a origem da imagem pública distante que por vezes lhe é atribuída.

Mas, por detrás da sua contenção emocional ou da ironia, havia uma bonomia que revelava, com espontaneidade e alegria, a familiares e amigos.

No âmbito familiar, Francisco temperava a sua presença com um misto de afeto e de ironia divertida, mas nunca muito cáustica. No convívio com a família e os amigos, era o mais falador e tinha sempre tema de conversa.

Era um jovem tio muito presente nas férias de verão liderando, com os seus irmãos solteiros, Rogério e Artur, as excursões ao rio, ao ténis ou à praia, a partir de Soutelo. Também recordo as longas conversas de inverno com os irmãos, em que se trocavam as novidades, políticas e não só, de Braga e de Lisboa.

E não tinha medo também da ternura, que assumia em especial com a sua Mãe e a sua Mulher, Maria Irene, que lhe era devotada e de quem teve sempre um indefetível apoio. Ao longo da nossa vida, soube estar presente, aconselhando e apoiando irmãos ou sobrinhos nos momentos ou decisões mais importantes.

Podia entusiasmar-se e libertar a sua alegria e a sua emoção, também enquanto homem maduro, se tinha um grande sucesso profissional ou como aconteceu, por exemplo, no dia 25 de abril de 1974: eu estava na altura a estagiar com ele e, na véspera, tinha ficado a preparar um articulado até à madrugada, perdendo por pouco a entrada em Lisboa da coluna de Salgueiro Maia. Por isso, estava eu a dormir pelas 9 da manhã, em sua casa, onde na altura vivia, e o meu sono foi cortado pelos gritos eufóricos dele: “*Está uma revolução na rua e tu para aí a dormir! Levanta-te, pá! Não se pode perder!*”. Não é de estranhar: toda a sua vida almejava o fim do regime e viver numa sociedade livre e mais aberta.

Gostava de uma vida agradável, quando se permitia a si próprio, desde o desporto (ténis e natação) até às viagens; admirou especialmente o Japão, pela conjugação da organização e da sensibilidade, e logo resolveu ler a obra inteira de Wenceslau de Moraes.

De facto, a sensibilidade, fator da sua personalidade que tinha dificuldade em revelar, vinha ao de cima quando se deixava emocionar vivamente num bom filme ou numa peça de teatro, ou se deliciava com um musical como a “Evita”, ou com Edith Piaf, Louis Armstrong e Jacques Brel.

Esse seu lado escondido, por detrás da sua aparente distância e da sua assertividade intelectual, envolvia uma filosofia de vida assente na necessidade de tolerância como regra da vida em sociedade.

Talvez essa tolerância filosófica, contrastante com o seu temperamento às vezes cortante, proviesse de componentes de um Franciscanismo bondoso para pessoas – e até animais – herança que assumia da sua educação católica. Essa atitude de perceção dos outros, de interesse psicológico pelas motivações e pelos comportamentos, determinou muito o seu grande gosto de ser advogado de defesa. *Tout comprendre est tout pardonner*, como sempre repetia.

Tinha grandes amigos de várias gerações. Para os sobrinhos, para os estagiários – que remunerava, coisa rara na época – ou para os correligionários das gerações seguintes, estava sempre disponível.

Por todos os seus amigos, lembro aqui alguns bracarenses, como José Ferreira Salgado, José Sampaio e José Tarroso Gomes, entre outros que também mereceriam citação.

Quanto aos amigos que não eram de Braga, até para evitar o risco de injusta exclusão, lembro apenas com saudade a sua relação de amizade

fraterna, cumplicidade e prazer de estar com José Cardoso Pires, que lhe dedicou o maravilhoso “O Delfim”, bem como a amizade com Xencora Camotim, também presente na Escola de Direito de Braga, através dos seus livros, e os recente e infelizmente falecidos Mário Mesquita e José Maria Mendes Godinho.

Nos últimos anos de vida, a maior aceitação da sua própria sensibilidade acentuou a tolerância também como vivência pessoal, apoiada na leitura dos Estoicos, e passou agora a dirigir-se, mais do que às ideias, às pessoas, ainda com mais disponibilidade para as ouvir e aconselhar.

Estudante e jovem político

Em Braga, fez a instrução primária no Colégio Dublin, junto à igreja do Carmo, e foi depois um ótimo aluno no Liceu.

Em Coimbra ficou fascinado pelas ideias e pelo estímulo intelectual. O seu curso de Direito foi assumido com o prazer do estudo e também como desafio. O Direito proporcionou-lhe um campo de trabalho para a sua inteligência e de abertura para o mundo das ideias para além do Direito.

Teve um grande sucesso como estudante universitário. Era uma história repetida em família o telefonema que o seu pai recebera de um colega de curso, professor de Medicina e na altura reitor da Universidade, no fim das provas orais do primeiro ano de Direito de Francisco Salgado Zenha (nessa altura, as orais estavam concentradas num único dia), felicitando-o porque já corria em toda a Coimbra universitária que o “pequeno” tinha feito umas provas brilhantes.

Mas o estudo nunca foi assumido como o mero cumprimento dos seus deveres; nunca foi um estudante conformista, era já um bom polemista e, totalmente contra os hábitos da época, questionou intelectualmente os seus professores, quando estava em causa a envolvente ideológica ou a imposição autoritária de conceitos.

A sua primeira, grande e marcante luta, foi dirigida contra o regime salazarista. A génese do seu desprezo – a palavra é mesmo esta, desprezo – resultava de uma componente imediata, que lhe era insuportável: o cerceamento das liberdades públicas, a censura, a repressão política, a limitação da

liberdade de exprimir as ideias, ou seja, implicitamente, a limitação da liberdade de pensar. Mas resultava também de uma componente de perspetivação conceptual, já que sempre referia que o Estado Novo representava o lado autoritário, fechado e paroquial da História de Portugal, e considerava Salazar como o herdeiro da Inquisição e do Absolutismo.

Na sua liderança da Associação Académica de Coimbra, anos 40, em plena II Guerra Mundial e, com a repressão do regime ainda sustentada pela força dos regimes autoritários europeus, ficaram logo evidentes algumas das linhas mestras da sua presença política:

- a capacidade de enfrentar quem quer que lhe limitasse os direitos e a liberdade, opondo-se então a um movimento contra a imposição à Associação académica de uma direção escolhida e nomeada pelo novo reitor e tomando naturalmente a sua liderança;
- a grande sustentação das suas posições, sempre expostas com um rigor e uma racionalidade intrínsecas, que as tornava mais dificilmente contestáveis; como dizia um seu contemporâneo, quando Francisco Zenha intervinha numa discussão, a lógica e a linearidade dos seus argumentos tornavam-se dominantes;
- a coragem da rotura, quando a considerava indispensável, apesar dos riscos emocionais ou físicos, e uma grande determinação no confronto, em grande parte decorrente dessa enorme exigência consigo próprio.

80 anos depois e com quarenta e muitos anos de vivência democrática, é difícil avaliarmos a excecionalidade da sua confrontação com a ditadura em Coimbra, bem como a coragem que implicava. À época, porém, ainda durante a II Guerra Mundial, foi sentida como um notável desafio e marcou toda uma geração académica – e não apenas em Coimbra.

Apercebi-me completamente disso, quando um dia alguns familiares encontrámos – nos anos 60, um quarto de século depois – uma contemporânea de Francisco nesse período académico que, ainda entusiasmada, contou: *Naquele tempo, a academia estava completamente rendida à sua liderança e muitos de nós daríamos um braço por ele...*

De facto, nunca fugiu à intervenção. Durante a II Guerra Mundial era anglófilo e promoveu a exibição de filmes antinazis na Associação Académica, tendo vindo a saber, como me contou, que fazia parte de uma lista negra de pessoas a abater se a Alemanha ganhasse a guerra. Foi membro fundador do MUD Juvenil, sendo o MUD grande movimento do fim da Guerra em prol da democracia, e não se furtou às responsabilidades, que lhe custaram a primeira prisão.

Advogado e político antes do 25 de abril

Regressado de Paris, onde foi logo que pôde depois do curso, para respirar a liberdade, foi preso mais uma vez, em consequência de infundadas suspeitas de que, afinal, tinha ido à Checoslováquia... No entanto, depressa se afastou de qualquer ligação a partidos de oposição com dimensão totalitária. Este primeiro afastamento, o mais estrutural, foi o início das suas dificuldades em submeter a sua independência a aparelhos partidários.

Não suportava a limitação da liberdade e, por isso, escreveu e publicou vários trabalhos – logo apreendidos – que respeitam aos abusos das autoridades, aos direitos de defesa, às garantias de instrução em processo penal, à defesa de estudantes e à denúncia das chamadas “medidas de segurança” privativas da liberdade sem condenação penal, às intervenções mais marcantes em processos judiciais. As suas, muito interessantes, *Notas sobre a Instrução Criminal* foram apreendidas à saída da tipografia...

Esteve sempre ligado à atividade de oposição política possível: participação na campanha de Norton de Matos (1949), protesto contra a prisão de oposicionistas – que levou à segunda prisão (1952/1953) e posterior residência fixa, participação campanha de Humberto Delgado (1956) – clandestina, por estar privado de direitos civis até 1958, subscrição do *Programa para a Democratização da República* e terceira prisão (1961), candidatura pela oposição democrática e adesão à Ação Socialista Portuguesa (1965), candidatura às “eleições” de 1969 pela CEUD e participações em vários colóquios e atividades dentro ou fora da atividade tolerada, uma das quais o levou novamente à prisão.

A sua vida em Lisboa foi sempre a conciliação possível entre duas componentes: a advocacia como profissão liberal e a atividade política, aquela com os seus proventos, esta com os seus não pequenos custos.

Como sempre, as duas faces são da mesma pessoa e, portanto, como advogado foi muitas vezes político, destacando-se na frontalidade com que defendia, gratuitamente, claro, e com grande sustentação jurídica, presos políticos nos tristemente célebres Tribunais Plenários; mas também a sua percepção do enquadramento político lhe deu a força e o entendimento necessários para, mais tarde, confrontar tribunais hostis em processos civis.

Porque demonstra bem a enorme dificuldade da luta pela liberdade em Portugal e a enorme coragem que ele e outros advogados tiveram de assumir, cito parte de um requerimento que Francisco Zenha fez perante um Tribunal Plenário, que permitira o início do espancamento por agentes da PIDE de um preso político em pleno julgamento, espancamento que continuou nos calabouços. Recusado, por razões óbvias, pelo tribunal o regresso do réu ao julgamento, o advogado ditou um requerimento, aliás, muito pouco típico nele pela sua brandura:

«Já não digo com indignação, mas pelo menos com infinita tristeza, verificar que o réu tinha sido barbaramente seviciado. Um hematoma extensíssimo impedia-o de abrir o olho direito; a fonte, a face e as genívas apresentavam lacerações e vestígios de agressões corporais. Além disso o mesmo réu que se encontrava visivelmente em estado de choque referiu-lhe que tinha sido espancado a cavalo marinho e cacetete. (...) Vossas Excelências poderão avaliar a emoção do advogado quando, depois de terem apreciado o mesmo réu neste julgamento, a prestar as suas declarações com altivez e verticalidade, como o advogado expoente e Vossas Excelências verificaram, esse mesmo jovem, altivo e vertical, teve uma crise de choro convulsivo, como ser humano que é, e a quem não podem recusar as necessárias garantias da sua dignidade. O Papa João XXIII, na encíclica “Pacem in Terris” disse que os comunistas eram homens como os outros e que o combate às suas ideias não pode ser realizado por meios que suscitem entre nós as chamas da Inquisição. E o advogado expoente crê que é ofensivo dos sentimentos de qualquer homem ver tratarem-se outros homens como feras acossadas, a quem

se negam drasticamente os mínimos direitos inerentes à condição humana...» (fim de citação).

Francisco Zenha sofreu, ao longo da vida as consequências: prisões, duas das quais de mais de um anpo, e outras medidas limitativas da liberdade (períodos de residência fixa, proibição de saída do País, impossibilidade de tirar a carta de condução). E, sim, em Portugal, havia consequências para a família, além do sofrimento pela prisão, que nunca se sabia quando acabaria: o meu pai e seu irmão mais velho, Henrique Zenha, médico estomatologista com consultório em Braga, no Jardim de Santa Bárbara, estimado e sem atividade política, só no princípio dos anos 60 conseguiu trabalhar também para o Estado, porque antes a informação política era negativa; pela mesma razão, a sua irmã mais nova, licenciada em Matemáticas com ótima nota, só vários anos depois do fim do curso conseguiu dar aulas no ensino público.

As prisões de então não eram nada fáceis. No seu terceiro período de prisão, ficou no Aljube, sítio tão execrável que, quando esteve preso pela última vez em Caxias, em 1970, disse à saída da prisão, com o seu sorriso irónico, que “Isto agora parece um hotel de duas estrelas...”.

Mas não se pense que a tal Caxias “de duas estrelas” era bem um hotel. Tenho uma desagradável memória dessa última prisão, em princípios de 1970. Convidado para um debate sobre a guerra colonial pela Associação Académica da Faculdade de Letras de Lisboa, Francisco, já com 46 anos e grande atividade profissional, teve noção do risco, mas achou que tinha obrigação de aceitar, por coerência com o que pensava. Nesse dia, antes da hora marcada, telefonou para sua casa um suposto estudante de Letras a pedir confirmação de que ele iria ao colóquio, o que eu, que lá residia e atendi, confirmei; era a PIDE, agora já com outro nome (Direção Geral de Segurança), que apareceu uns minutos depois e o fez ficar em Caxias mais de um mês. Vi-o um bocado preocupado na primeira visita que lhe fizemos, a sua Mulher e eu, ainda na sede da PIDE, na Rua António Maria Cardoso, porque – disse-me depois - os interrogatórios mais longos, com privação do sono, eram sempre depois da primeira visita.

Desta vez, apesar de Caxias não ser o Aljube, os únicos livros que lá podiam entrar eram códigos que lhe levávamos, a sua Mulher e eu, nas visitas semanais... e o que o salvou foram os códigos anotados, sobretudo o Código

Civil de 1966, que tinha entrado em vigor um ano depois, há relativamente pouco tempo, e lhe permitiu estudá-lo a fundo.

Um episódio que Francisco Zenha contou tem a ver com uma das vezes em que foi preso pela PIDE, onde aliás nunca falou. O inspetor, ao fim de algum tempo de negativas, disse-lhe: – *Vou espreme-lo tanto que, quando eu acabar, vai ficar pior do que um limão espremido e feito em bocados.* Ao que o preso sujeito ao interrogatório respondeu, imagino que com um sorriso irónico: – *Pois espero que a limonada lhe saiba muito bem!*

Para além dos episódios concretos, é preciso entender hoje a dimensão emocional que implicavam: a tensão da resistência, a perceção dos riscos, a superação do medo, a inevitabilidade das consequências, o prejuízo profissional, a incomodidade familiar.

O carácter de Francisco Zenha, a coragem cívica em busca da livre afirmação de valores, em oposição, tensa e difícil, aos que queriam limitar a sua liberdade e a que ele queria para os outros, orientaram toda a sua vida, também como advogado e como político.

Desde meados dos anos 60, não só pela sua capacidade jurídica, mas também pelo especial entendimento das circunstâncias de envolvimento de cada caso e pela sua enorme frontalidade na barra, Francisco Salgado Zenha era seguramente um dos advogados de referência no País, a quem, naturalmente, foram confiadas grandes causas. Não me esqueço, como estagiário presente, da enorme tensão vivida n Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, na fase final do processo Champalimaud, e da subjugação progressiva de magistrados antes absolutamente hostis ao réu, que culminou com alegações da defesa, notáveis de perspetivação política e psicológica, e a justíssima absolvição.

Porém, a sua profissão não foi nunca desligada das suas preocupações políticas e fez parte, no princípio dos anos 70, do Conselho Geral da Ordem dos Advogados que correspondia já a uma evidente heterodoxia em relação ao regime, sendo presidido pelo Bastonário Ângelo de Almeida Ribeiro e de que também faziam parte, entre outros, Armando Bacelar (depois secretário de Estado da Justiça com Zenha como Ministro), Duarte Vidal, Francisco Sá Carneiro, Francisco Tinoco de Faria, Guilherme da Palma Carlos e Vasco da Gama Fernandes.

Político depois do 25 de abril

A política foi sempre para Francisco Salgado Zenha a mais nobre das atividades e o maior dos seus interesses. Não foi por acaso que, logo após o 25 de abril, deixou, aos 51 anos, uma profissão no auge do seu prestígio e nunca se interessou verdadeiramente por a retomar com intensidade, a não ser para casos em que entendia que o direito de defesa não estava assegurado. Não foi também por acaso que, sendo António Champalimaud um cliente agradecido – e não um cliente qualquer – o Governo de que Francisco Zenha fazia parte aprovou os diplomas que também lhe nacionalizaram as empresas; no pós-11 de março de 1975, como referirei adiante, a necessidade política de permanência de forças democráticas no Governo não permitia a dissensão.

Os primeiros meses depois do 25 de abril foram a festa da liberdade, mas, como sabemos, logo se assistiu a uma clivagem significativa entre a linha dominante do MFA de então, o PCP e o MDP/CDE, por um lado, e o PS, por outro, na altura apoiado por PPD e CDS.

Numa fase difícil para uma parte da esquerda portuguesa e, especialmente, bracarense, que sofreu excessos, a perspetiva do interesse nacional de Francisco Zenha tornou-o talvez no primeiro líder a opor-se à linha revolucionária, unicista e afastada das urnas.

As suas ideias estavam na altura já muito bem arrumadas. Tinha sido, pelo menos, *compagnon de route* do PCP nos tempos do MUD Juvenil, de que foi dirigente e que era, ainda assim, uma plataforma alargada de oposição, mas rapidamente se apercebeu que a prática do marxismo-leninismo punha em causa a sua querida busca da liberdade e se afastou do PCP. Esse afastamento nunca foi – muito pelo contrário – o de um anticomunista, no sentido de exclusão da pertença do PCP à vida democrática, mas foi-o no sentido de uma oposição nítida a qualquer linha de domínio revolucionário do País ou, até, de influência dominante e exclusiva na atividade política ou sindical.

Dito isto, Francisco Salgado Zenha tinha em comum com o Marxismo os encantados sonhos da igualdade e da justiça social e foi sempre um estrénuo defensor da liberdade de ser comunista, onde quando alguém o quisesse ser, tendo-o já provado inúmeras vezes ao defender membros do PCP, com uma frontalidade que tinha custos. Com naturalidade, por isso, aceitou o apoio do PCP à sua campanha presidencial de 1986.

Mas a sua opção de fundo era claramente a defesa das liberdades públicas. Fui testemunha, no verão de 1974, de um almoço em sua casa, que juntou Mário Soares, Jorge Campinos e Francisco Sá carneiro, para tratar da necessidade de substituir o velho embaixador dos EUA, em fim de carreira em Portugal desde antes do 25 de abril, que teve como resultado várias diligências levando à vinda do novo embaixador, Frank Carlucci.

No Portugal do primeiro ano e meio após o 25 de abril, Francisco Zenha teve um papel preponderante, ao lado de Mário Soares, tendo até sido aquele que, nas duas grandes questões estratégicas a resolver na altura, foi determinante a convencer Mário Soares.

Recordo-me do despoletar da primeira colisão, vendo-o preparar um artigo que publicou no Diário de Notícias nos primeiros dias de 1975 contra a unicidade sindical. Na altura, era uma iniciativa difícil, com uma grande parte do País e, em especial na esquerda, a considerar que a unidade sindical era essencial; para Francisco Zenha, porém, como afirma, a dado passo nesse artigo: *“Liberdade implica liberdade de escolha de caminhos. Sem ela, não há liberdade.”*

Nesse período, perante o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, ancorado ideológica e emocionalmente ao PCP, a luta pela afirmação democrática através do voto em eleições foi sempre a determinante essencial da presença de Francisco Zenha nos governos provisórios. E bem me lembro dos relatos que fazia de permanentes confrontos seus com o prosélito e prolixo Vasco Gonçalves durante os longos conselhos de ministros desse complicado tempo.

Mas foi também Francisco Zenha, segundo o próprio me disse, que convenceu Mário Soares, que estava tentado então à rotura com o PCP, a não abandonar o governo depois do 11 de março. Apesar das divergências, Zenha entendeu que o PS não podia deixar o campo livre à então linha dominante do MFA e ao PCP, sob pena de se prejudicar definitivamente a realização de eleições para a Constituinte e, em consequência, a democracia em Portugal.

O comício do PS da Fonte Luminosa, em Lisboa, em junho de 1975, foi um marco importante na afirmação das forças democráticas, ficando aí bem patentes nos discursos de Francisco Salgado Zenha e Mário Soares, a relevância da sua colaboração no pós-25 de abril para o PS e para o País.

Coerentemente, no período em que foi Ministro da Justiça (I a IV governos provisórios, até julho de 1975), a sua atividade esteve muito centrada

na afirmação democrática, com os primeiros passos da reforma de processo penal, a intervenção judicial na fase instrutória e de separação das magistraturas judicial e do Ministério Público, várias medidas para a igualdade de género como o acesso de mulheres às magistraturas, a criação do Provedor de Justiça e, ainda, entre outras, a gesta pela liberdade civil de muitos portugueses e muitas portuguesas. Na altura, há quase 50 anos, a ilegitimidade de uma relação, por impossibilidade do divórcio da anterior, tinha um peso social e emocional que hoje é difícil apreender. Francisco Zenha evitou a tentação de denúncia unilateral da Concordata e conseguiu a solução negociada com a Santa Sé, tendo esta aceite, pela primeira vez a nível internacional, uma alteração que permitia o divórcio em casamentos católicos.

Como Ministro das Finanças do VI Governo Provisório, rodeou-se por uma notável equipa de colaboradores: como secretários de Estado, Artur Santos Siva, Vítor Constâncio, António Sousa Gomes e António Sousa Franco; como Subsecretários de Estado, entre outros, Manuela Morgado, Henrique Medina Carreira e José Santos Pais; como chefe de gabinete, Martins Eusébio, e como adjunto, António Guterres. Com um indefetível apoio do Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo, que era pouco dado à gestão político-administrativa, Francisco Salgado Zenha foi uma personalidade dominante nesse Governo, de setembro de 1975 até ao fim de julho de 1976, numa fase difícil de restabelecimento de condições mínimas de sobrevivência das finanças públicas e de reanimação da economia nacional.

Mais tarde, no contexto do fim dos anos 70, além das tensões sobre o papel da componente militar do regime e a dimensão dos setores público e privado, cruzaram-se dois conflitos: um evidente, entre esquerda e a formação em curso da Aliança Democrática liderada por Sá Carneiro; um segundo, inicialmente mais encoberto, entre a manutenção de uma forte componente presidencial e a acentuação de uma tensão parlamentarista.

Além de outras razões ligadas à gestão do PS, este último conflito veio, na altura, a ser um dos fatores determinantes da divergência entre a maioria do Secretariado do PS e Mário Soares.

Mário Soares sempre se assumiu como um herdeiro da I República e julgo que não errarei se o considerar um parlamentarista puro em termos da sua génese ideológica, (que foi, naturalmente, temperada depois pelo seu exercício presidencial). Na essência, para ele o parlamento e o regime

partidário eram o coração da democracia, que um forte poder presidencial não beneficiaria.

Francisco Zenha também se considerava filiado na corrente liberal e republicana, mas era cauteloso. Por um lado, conhecia os excessos do Liberalismo e da República e, por outro, sabia bem os riscos a que um poder partidário sem limites já tinha exposto o País e que poderiam regressar. A sua percepção da sociedade, vista da sua juventude bracarense, num meio minifundiário, com um misto de valores conservadores e de viva ambição de progresso sem sobressaltos, deu-lhe aqui um elemento de contenção e a convicção de que a democracia precisava de temperar um excessivo domínio partidário.

Era também um estudioso da Política Constitucional, mais até do que de Direito Constitucional, porque o que lhe interessava era a grande visão e não o saber minucioso. E conhecia profundamente as soluções semipresidenciais europeias, como os casos de França e da Finlândia.

Por isso, para ele, era necessário que se mantivessem atribuições presidenciais que temperassem as tentações de excesso partidário. Mário Soares aliou-se a Francisco Sá Carneiro para a redução dos poderes presidenciais e Zenha não concordou.

Por outro lado, para a esquerda e o centro-esquerda desse tempo, Soares Carneiro, candidato às presidenciais de 1981, tinha um fumo do antigo regime, transmitindo valores que lembravam o conservadorismo corporativo e passadista e dando à AD tonalidades bem mais marcadamente conservadoras do que as de Sá Carneiro ou Adelino Amaro da Costa. Ou seja, carregava o poder da AD com sombras de direita que pareciam inaceitáveis. A neutralidade de Mário Soares foi muito mais surpreendente do ponto de vista político e ideológico do que o natural apoio de Francisco Salgado Zenha a Eanes.

Depois dessa fratura, a clivagem cresceu e deu origem a episódios de discordâncias sobre a gestão do PS e as suas âncoras externas.

Para além dessas divergências e do afastamento de dois homens que tinham sido grandes e cúmplices amigos, outros fatores tiveram também influência.

O IX Governo Constitucional, o chamado Bloco Central, de meados de 1983 a fins de 1985, foi mais uma peça importante nas divergências. Sendo hoje veneradas, no essencial com todo o mérito, as personalidades de Mário Soares e de Mota Pinto e tendo esse Governo feito um reconhecido

trabalho de reconstituição das finanças públicas, foi na altura um governo fortemente impopular.

Certamente boa parte dessa impopularidade decorreu da apertada política financeira de Ernâni Lopes, mas também convém lembrar que foi um dos governos em que os partidos do poder repartiram, com critérios partidários, o então bem nutrido aparelho de Estado e se acentuou muito a perceção pública dos inconvenientes de uma excessiva presença partidária.

Permanecia, por isso, a profunda convicção de Zenha de que, sendo os partidos fundamentais, era preciso, com uma solução de centro-esquerda, moderar e temperar a democracia parlamentar para evitar excessos partidários.

O afastamento da linha dominante do seu partido – porque o PS foi sempre o seu partido, nunca tendo aderido ao PRD – e essa clivagem quanto ao futuro da democracia portuguesa levaram-no naturalmente a assumir a sua candidatura às presidenciais de 1986.

A sua decisão não foi fácil: o Partido Socialista era o seu universo natural de pertença, onde tinha feito amigos sólidos de várias gerações e – julgo que posso dizê-lo com rigor – em boa parte, também uma criação sua, tanto na fase da gestação antes do 25 de abril, como, a seguir, na sua transformação em partido responsável pela estabilização da referência democrática em Portugal. E era também para ele o partido que representava, devia representar, a luta pela igualdade possível num regime democrático.

Mas estava convencido da necessidade de reformar a República. Cito uma frase do seu manifesto eleitoral: «*A minha candidatura é, sim, contra a injustiça, a miséria, a irresponsabilidade, o clientelismo, a corrupção, o centralismo, a desigualdade da lei e perante a lei, o segredo infundado.*» (fim de citação).

Várias propostas da sua campanha mostram a preocupação com o aprofundamento da democracia portuguesa: a descentralização e a regionalização, a admissibilidade da ação popular, as candidaturas de independentes, a criação de uma segunda câmara, o apelo à administração aberta, a transparência dos documentos que suportam as decisões do governo, entre outras.

A campanha não lhe correu bem: em parte, ironicamente, por ter ficado muito marcada pela dimensão partidária dos seus apoios, em parte também porque o lado cerebral e exigente do seu temperamento o fazia um bom estratega, mas não lhe dava maleabilidade tática, nem o tornava afável e eficiente em campanhas eleitorais.

A personalidade independente e exigente de Francisco Salgado Zenha impôs-lhe roturas difíceis em cada momento da sua vida. Como já vimos, rotura, temperada embora, com o doce conservadorismo da sua mãe, rotura e confronto com mestres, se autoritários, rotura com o Estado Novo.

Mas também, depois, confronto com a dominância comunista na oposição ao regime, conflito aberto com essa tendencial predominância no período dos governos provisórios, confronto sobre o apoio a um candidato presidencial, Ramalho Eanes, que entendia não merecer ser abandonado, liberdade perante o seu próprio partido por discordâncias de orientação e de escolhas.

Seriam todas essas roturas necessárias? É seguro que nenhum desses afastamentos foi precipitado ou irracional, mas fruto de reflexão e de exigência.

Exigência que transmitiu à sua presença política. Porque são estruturais do seu pensamento, da sua pessoa, transcrevo dois curtos excertos do seu programa político da candidatura às eleições presidenciais de 1986, «Para uma Nova Democracia, para uma Nova República», que mantêm atualidade:

Cito: «Existe hoje *indiscutível consenso colectivo* quanto à democracia. Mas o *enraizamento*, nos cidadãos e representantes políticos, da *consciência democrática* e dos *hábitos democráticos* – de liberdade e respeito pela liberdade, de responsabilidade, de transparência – encontra-se ainda em curso.»

E mais adiante: «Não se defende a democracia ignorando os vícios que se hajam instalado no seu funcionamento, mas denunciando-os e contribuindo para a sua superação – sempre com a consciência de que *a alternativa para a democracia não é a ditadura, mas a democracia melhor.*» (fim de citação).

Lembro novamente: *Máxima Liberdade, máxima responsabilidade!*

Bibliografia essencial

Salgado Zenha – O Homem e a Liberdade, Rui de Brito, edição Liber, 1975;

Francisco Salgado Zenha – As Reformas Necessárias, Mário Mesquita, distribuição Europa-América, 1988;

Francisco Salgado Zenha, Obras Escolhidas, António Cândido de Oliveira e Xencora Camotim, edição Universidade do Minho/Governo Civil de Braga, 1998;

Liber Amicorum Francisco Salgado Zenha, edição Coimbra Editora, 2003;

Francisco Salgado Zenha – Fotobiografia, edição Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, 2003.